

O poder do mundo

Publicação: [O Mundo em Português Nº56](#)

Data de Publicação: Setembro/Outubro de 2004

Autor: Maria do Rosário de Moraes Vaz

«No matter how much power we have, we cannot prevail single-handedly. We have to work with the international community to define a global strategy that is inclusive, not exclusive, collective and not imperial.»

Council on Foreign Relations, New York, 3 de Dezembro de 2003

Confirmam sondagens divulgadas em finais de Agosto o que políticos e comentadores sugeriam como forte possibilidade no início do Verão: os temas de política externa e de segurança pesarão como nunca desde os anos da guerra no Vietname nas presidenciais americanas, igualando ou ultrapassando os que se englobam sob a designação lata de economia. A mais célebre das frases nunca proferidas – *it's the economy, stupid!* – nunca foi, desde 1948, tão verdadeira como na eleição de Clinton contra George Bush em 1992, a quem valeu de pouco a vitória da quase universal coligação dominada pelos Estados Unidos sobre o Iraque, em 1991, quando a segurança internacional pesava dezoito vezes menos que os temas económicos; em 2000, a economia pesava ainda quatro vezes mais que a segurança nas escolhas dos eleitores.

No geral, o tom do discurso de J. Kerry é firme mas cordato. A América não se envergonha por um momento do seu poder, inclusive militar, que aliás pretende afirmar e aumentar, de imediato em 40 mil soldados, e adaptar, duplicando designadamente as forças especiais, mas é suficientemente paciente e sábia para o usar com parcimónia, em último recurso, fazendo valer primeiro todos os meios ao seu dispor: a diplomacia, o poder e a ajuda económica, e – inclusive – o valor do exemplo. Este está bem presente na proposta para o nuclear, que inclui a paragem do programa americano nuclear táctico actualmente em curso, uma maior redução do arsenal americano e russo, e o aperfeiçoamento dos regimes de controle multilateral (incluindo o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, a que pretende fazer aderir tanto a Índia como o Paquistão, e a insistência na eternamente adiada ratificação pelo Congresso da proibição dos ensaios nucleares). Em paralelo, sugere o abandono do controverso sistema de defesa anti-

míssil, cuja valia e necessidade reputa duvidosas sobretudo quando cotejadas com os custos envolvidos.

A versão de constructive engagement que propõe relativamente ao Irão ilustra talvez melhor que qualquer outro caso o modo diferente que propõe para resolver problemas ou enfrentar ameaças em cuja definição não diverge abissalmente dos Republicanos, no caso um programa nuclear secreto que o Irão nega querer desenvolver a coberto do programa civil. Além do reforço do regime multilateral (pleno uso dos mecanismos do TNP, de que o Irão é signatário, inclusive o reforço do regime de fiscalização e verificação através da AIEA), Kerry propõe explorar pontos de interesse bilateral comum (estabilidade do Iraque, neutralização da militância anti-iraniana, por exemplo) como moeda de troca para garantir maior transparência nuclear e colaboração no desmantelamento da al-Qaida.

Quanto à Coreia do Norte, que abandonou o TNP e possui armamento nuclear, como os próprios norte-coreanos sugerem, defende, em paralelo com as negociações regionais em curso, um empenhamento bilateral mais sério e mais baseado na recompensa económica pelo abandono do programa nuclear. J. Kerry promete renovar o empenhamento americano, se bem que em termos vagos, relativamente ao conflito israelo-palestino. Afirmou, com razão, que era incompreensível que tanto Bush como Sharon tivessem recusado aproveitar uma linha sequer do quase-acordo de Taba, e que o governo de Bush tivesse retomado frouxa e tardiamente o papel de medianeiro com um «roteiro» para a paz em que as etapas prevalecem sobre a meta final.

Vacila porém relativamente ao muro de separação: já oficialmente candidato, considera-o legítima e necessária defesa contra o terrorismo, corrigindo a afirmação inicial de que era «mais uma barreira para a paz». Foi particularmente notada a menção expressa à família real saudita para ilustrar as dependências energéticas de regimes despóticos – que irradiam e financiam a expansão dos ódios fundamentalistas – que a América não pode tolerar. J. Kerry insiste na importância das alianças como meio de restaurar a confiança e o respeito entre a América e o Mundo, cuja erosão atribui largamente à gestão desastrosa de Bush. Pretende, em particular, restaurar e ampliar o papel da NATO (e dos EUA dentro dela), que deve ter uma participação mais expressiva no Afeganistão, e igualmente no Iraque, sem exclusão das próprias tropas, desde que sob comando americano.

Reparar as fracturadas relações com a Europa e com o Mundo, não tanto sob o signo do combate ao terrorismo, mas sob a égide de uma agenda global definida em conjunto, é outro ponto forte da sua agenda. Na promoção global da democracia, prefere o

encorajamento das soluções endógenas, e em matéria de supressão das liberdades defende a não renovação do Patriot Act em 2005. Em suma, a ideia central de J. Kerry é pôr ponto final no actual surto unilateralista: os EUA são poderosos de mais para precisarem de recorrer sistematicamente à força, quer preventiva quer reactivamente. E os seus interesses de prosperidade e segurança, nacional e internacional, do combate à miséria e às epidemias, ao terrorismo, à proliferação e à não-democracia, são vastos de mais para que não possam ser mais eficazmente defendidos com a cumplicidade activa, se não de todos os governos, certamente de todas as nações. A julgar pelo que indicam os inquéritos, J. Kerry está mais em sintonia com as preocupações dos americanos que o seu adversário. Aproxima-se mais, indubitavelmente, das preocupações dos cidadãos e da generalidade dos governos europeus, e seguramente da estratégia europeia, que clama, até Novembro pelo menos no deserto, por um multilateralismo eficaz.